



## ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2018

### Ata n.º 12

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de trinta de maio, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO ÚNICO:** Sessão de esclarecimentos - "Algarve pós 2020, a perspetiva dos municípios - contributo para o Portugal 2030"-----

Presidente da Assembleia: "Só para esclarecer, por causa da proteção de dados e acautelando todas as circunstâncias, para que todos fiquem informados que as sessões da Assembleia Municipal são gravadas. A gravação é mantida nos serviços da Assembleia Municipal, todas as intervenções não poderão ser apagadas e não estão no direito do esquecimento, porque as intervenções são públicas e farão parte da ata, como tal, toda a gente é responsável por aquilo que disser, da forma como disser e ninguém pode alegar desconhecimento relativamente à gravação da Assembleia e à manutenção da gravação nos serviços da Assembleia Municipal."-----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Rosária Maria Dias Pereira Leão (membro suplente PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (membro suplente PSD), José Manuel da Bota Sequeira (PSD), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de água - Indaleta Cabrita, da Guia - Dinis Nascimento e os Secretários das Juntas de Freguesia de Ferreiras - José Estevão e de Paderne - João Guerreiro.---

**Faltas:** Fernando Manuel de Sousa Gregório, Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro, Leonardo Manuel Teixeira Paço, Gaspar Manuel Rocha Meirinho, Roberto Manuel da Silva Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----



**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rosária Leão, Rui Gago, José Estevão e João Guerreiro.--- Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. ----- Havendo quórum (**vinte e uma presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----  
Carlos Miranda: "Boa tarde aos presentes, o assunto que nos trás aqui, estão também meus colegas e associados, somos dos Táxis do concelho de Albufeira, e vem tudo de encontro com reuniões que temos tido desde o ano dois mil e quinze, com esta casa, sobre um transporte que existe na cidade, que em nosso entender nada dignifica o concelho. Aparentemente é o único concelho que está a sofrer deste flagelo, é um transporte que chamam de Tuk-Tuk. Alertei em dois mil e quinze, quando eram quatro, em dois mil e dezasseis passaram para quarenta e tal, o ano passado foram quase duzentos e este ano ainda deve vir mais. Faz este mês um ano, que foi aprovado em reunião de Câmara um regulamento para a regulamentação destes transportes e ainda estamos à espera que alguma coisa surja daí, não sei se para este verão já conseguimos ter alguma regulamentação, pois está a afetar bastante o nosso setor. Somos filhos desta casa, somos regulamentados por esta casa, somos licenciados por esta casa, esta casa é que decide quantos táxis é que há, onde estacionam. Somos filhos desta casa e gostaríamos que houvesse um pouco mais de atenção sobre este setor. Este setor está a proliferar e já está a acontecer situações de, não entraram em agressões ainda mas estão a ameaçar colegas nossos à porta de hotéis, no Pau da Bandeira, nomeadamente colegas com uma certa idade já houve um chega para lá. A maior parte das empresas nem são daqui do concelho, a associação de Tuk-Tuks também tem interesse que seja feito este regulamento, eles fazem o passeio turístico, que acho que é isso que aquelas viaturas devem fazer. Vemos Tuk-Tuks a trabalhar às três e quatro, cinco e seis da manhã na praia da Oura. Qualquer residente nesta cidade já viu o que estou a falar, estou aqui só a enaltecer o que toda a gente vê. Sei que já há um regulamento para ser efetuado, mas queria que fosse com a maior brevidade possível, se tivesse alguma resposta por parte do senhor Presidente, em que moldes está e em que termos e tempo é que temos isso a funcionar. Felizmente ainda não houve nenhum



acidente, porque vê-se crianças de colo, a descer no Inatel se um brinquedo daqueles se volta e aí se calhar depois já há uma pressa de meter as coisas em condições. Outro assunto que quero referir é, táxis só existe uns, são pretos e verdes e amarelos, têm uma lanterna e um taxímetro. E nós temos uma série de agências de viagens com viaturas de nove lugares ou menos a autointitular-se de "private táxis". Quero acreditar que essa publicidade que vejo nos carros está licenciada pela Câmara, julgo que essa publicidade tem de passar pela Câmara para ter uma licença e queria fazer uma chamada de atenção para os serviços que fazem esses licenciamentos, para verem o que estão a licenciar. Porque, temos inclusive uma agência que tem cavaletes espalhados pelo passeio público, esses então quase de certeza que têm de ter uma licença camarária, onde diz "your local cab", que em português significa o seu táxi local, quando não têm nenhum táxi para trabalhar. O turista vem de fora, chama o tal dito táxi e os turistas que vêm para cá estão a ser roubados. Ou seja, estão a ser cobrados vinte e cinco euros da zona dos Salgados para a zona da Oura, quando o cliente volta connosco paga dez ou doze e pergunta o que se passa porque tinha pedido um táxi na receção e pagou vinte e cinco euros. Acho que Albufeira não precisa nada de ter o seu turismo a ser roubado por estas entidades que estão a fazer este tipo de trabalho. Inclusive, na Marina de Albufeira, à saída da escadaria é feito ali um cifão de esses veículos de carrinhas e de Tuk-Tuks, quando temos uma praça do outro lado da estrada, que filtram todo o tipo de serviço que ali para. Os passageiros assim que passam são incentivados a ir naqueles transportes e nós estamos parados no outro lado a assistir a esse filme e não conseguimos trabalhar. O que acontece também, como hoje no mercado municipal, que os autocarros quase que não conseguiam entrar no parque com a fila de Tuk-Tuks que lá estavam e todo o cliente que sai do mercado entra no Tuk-Tuk e nós mais uma vez ficamos na praça a olhar e sem conseguir trabalhar. Toda a gente que está aqui está consciente e vê isto todos os dias, vai para Portimão não vê, vai para Vilamoura não vê, vai para Faro não vê, vai para Olhão não vê, vai para Tavira não vê e chega aqui e vê duzentos triciclos a abrir para baixo e para cima, com indivíduos sem t-shirt, enfim toda a gente sabe do que estou a falar. Outra questão, agora apareceu uma novidade, que sei que já há três ou quatro anos andava aqui na Câmara a pedir autorização e a Câmara a meu ver e bem não autorizou, mas como ao olhar do Tuk-Tuk não passam cartão nenhum à câmara, metem a trabalhar e prontos. É um veículo que é um bar que anda a circular, que tem seis pessoas de cada lado a pedalar e vai um individuo a servir copos no meio, aquilo anda a pedalar pela cidade. Posso afirmar que ontem, pela frequência do rádio tiramos essa



certeza, essa viatura chegou à rotunda do Wild & CO, virou para o lado das Três Palmeiras, quando chegou às Três Palmeiras a fila de trânsito chegava ao início do Hotel Oura Praia. Portanto estão a ver o transtorno que isto está a dar a nível de trânsito na cidade. Se o autocarro vermelho tem um circuito, se o comboio turístico tem um circuito, não sei se aquilo obriga a ter circuito se não. Aquilo funcionava bem e achava uma boa ideia, dentro da marina de Albufeira, em sítios onde há escapatória para a pessoa poder circular. Fazendo um pouco de publicidade, nos táxis temos agora uma aplicação para poderem chamar os táxis, o setor está a tentar enquadrar-se juntamente das novas tecnologias, estamos a tentar acompanhar a evolução dos tempos.”-----

Presidente da Câmara: “Boa tarde a todos, agradeço a intervenção do senhor Carlos Miranda, da cooperativa de Táxis. Relativamente à questão da regulamentação dos chamados Tuk-Tuks tem sido um problema e quanto mais tempo vai evoluindo e vai avançado mais aparecem. Evidentemente que temos de meter algumas regras nisto. Escusado será dizer que agarrei este problema não há muito tempo, há dois ou três meses, infelizmente, porque não era da minha área, mas de qualquer maneira tenho uma reunião marcada, já esteve marcada para esta semana mas uma pessoa não pode estar presente e tive de anular a reunião, para reunirem internamente para posteriormente renuir com a cooperativa de táxis e com a associação dos Tuk-Tuks. Obviamente que o objetivo é que estas decisões sejam plurais, sejam decididas por várias entidades e não apenas uma imposição unilateral da Câmara sobre o que quer que seja, porque o objetivo nunca será esse, temos de colocar alguma disciplina. Depois temos de contar com a questão da força de segurança, porque nós não temos pessoal, os agentes de polícia municipal são muito poucos e não estarão, com certeza, vocacionados para esta área. Temos a Guarda Nacional Republicana, com certeza que com os reforços de verão que chegaram no dia um de junho, provavelmente vai ter mais gente. Relativamente às carrinhas que dizem “private táxi” e aos tais cavaletes que estão no passeio publico, não me ocorria mas vou mandar ver essa situação. Evidentemente que são muitas, esta questão da animação turística sem haver legislação acho que não funciona muito bem. Como sabem, são viaturas que são licenciadas não pela Câmara, mas pela direção geral do turismo, penso eu. Eles não têm contingente nenhum, aquilo deve ser até haver papel ou até haver tinta, não faço a mínima ideia, de qualquer forma penso que a nível central deveria haver uma legislação. Mas vamos tentar resolver isso, para a próxima semana vou convocar uma reunião. Relativamente ao bar a pedalar também ouvi falar nisso ontem, vou informar a GNR porque não está licenciado, pode ser enquadrado



talvez como venda ambulante, porque é uma venda ambulante de restauração e bebidas. A GNR tem de agir em conformidade porque o verão é curto e qualquer dia isto torna-se numa selva. Vamos tentar minimizar esses problemas, até porque os Tuk-Tuks, em tempos cheguei a ter este pelouro há cerca de um ano e meio e tinha já definido um conjunto de algumas regras de estacionamento, um número relativamente reduzido e as coisas encaminhavam-se. Entretanto as coisas demoraram mais tempo, depois como já não tinha este pelouro perdi o conhecimento de como isto estava a evoluir, mas agora, infelizmente como já disse, tive de tomar conta da situação e temos de avançar. Muito obrigado pela intervenção.”-----  
Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passou ao Período Antes da Ordem do Dia, que não teve intervenções por parte dos membros, passando de seguida à Ordem do Dia. -----

### **ORDEM DO DIA PONTO ÚNICO**

Sessão de esclarecimentos - “Algarve pós 2020, a perspetiva dos municípios - contributo para o Portugal 2030”; -----

Presidente da Assembleia: “Quero agradecer por antecipação a presença do Dr.º Brandão Pires, secretário executivo da AMAL, que em conversa que tivemos no Congresso da Associação das Assembleias Municipais, para que pudesse vir a esta Assembleia Municipal explicar os critérios, as ideias, os princípios basilares do vinte trinta e recolher informações e opiniões dos membros desta Assembleia Municipal.”-----

Joaquim Brandão Pires: “Começo por me dirigir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr.º Paulo Freitas, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, aos ilustres deputados municipais, estimado público, ao staff, às minhas colegas que me acompanharam, Dra. Teresa Rocha e Engenheira Vera Marques. Como fui apresentado, sou secretário executivo, ou primeiro secretário da Comunidade Intermunicipal do Algarve, AMAL. No último conselho intermunicipal aprovamos um documento, que é um primeiro documento das perspetivas para o Algarve para o próximo período de programação, o Algarve entre o período dois mil e vinte e dois mil e trinta. É esse documento que está neste momento a ser discutido nas Câmaras Municipais, mas também nas Assembleias Municipais. Agradeço ao Dr.º Paulo Freitas este convite, sinto-me honrado e alegre, porque sempre fui um autarca de Assembleia Municipal. Neste momento tive de interromper, por incompatibilidade de funções, mas já estive em três Assembleias Municipais distintas, praticamente todo o meu percurso de vida adulta estive sempre ligado a uma Assembleia



Municipal. Estive na Assembleia Municipal do Barreiro, ainda era estudante universitário, estive na Assembleia Municipal de Olhão, depois estive na Assembleia Municipal de Tavira já pelo terceiro mandato consecutivo, portanto é com muito gosto que vejo as Assembleias Municipais a discutir também estes assuntos. Fiz questão, como disse o Dr.º Paulo Freitas, de ir ao congresso das Assembleias Municipais, que acho que é um órgão que deve ser prestigiado, deve ser valorizado e também por isso fiz questão de estar presente e contribuir para essa valorização. Também não é muito habitual e por isso felicito a iniciativa, discutir-se num município questões de toda a região. Normalmente as Assembleias Municipais discutimos nelas os assuntos relativos ao município, mas cada vez mais as questões têm tendência a serem globais e tudo influencia tudo. Sendo Albufeira um município nuclear nesta região, em alguns aspetos o primeiro deles, faz todo o sentido que Albufeira tenha uma palavra, ou várias palavras, em relação ao que deve ser a região no próximo período de programação."-----

Joaquim Brandão Pires fez a apresentação do documento "O Algarve pós 2020 na perspetiva dos municípios - Contributo para a reflexão Portugal 2030."-----

Presidente da Assembleia: "Quero agradecer a forma limpa com que apontou os problemas da região, porque de fato foi transversal a todos e eu, como advogado, nem sequer tinha pensado na questão dos centros de internamento e de facto uma grande realidade, ainda por cima com uma informação preocupante como terceira região em termos de internamento. De facto, dá-nos aqui matéria para pensarmos e a si agradecer-lhe a disponibilidade e a forma clara e transparente com que os identificou e desejar-lhe bom trabalho, porque é ambicioso o que se aponta. Agora os senhores membros da Assembleia Municipal e o público poderá intervir relativamente a estas questões, em termos de propostas, considerações, críticas, porque mesmo as críticas destrutivas são construtivas."-----

Joaquim Brandão Pires: Está aqui na parte de baixo o meu email, tudo o que vos ocorrer enviar, enviem-nos. As minhas colegas estão aqui para tudo o que disserem de viva voz será anotado, mas se quiserem escrever têm o meu email, será bem-vindo e considerado."-----

Presidente da Assembleia: "Se quiserem também podem enviar para a Assembleia Municipal e nós reencaminharemos."-----

Presidente da Câmara: "Felicito o Dr.º Brandão Pires pela clareza e transversalidade das explanação que fez sobre os problemas do Algarve e alguns pistas para a resolução desses mesmos problemas. Lamentar o facto de isto estar baseado na matemática. Uma vez mais, a matemática aqui é o parente pobre da



situação. Infelizmente os espanhóis sabem aumentar os numeradores e os denominadores e nós não o fazemos. Começando por essa fração que o denominador é a população residente, obviamente que isso é um grande desequilíbrio e transforma o Algarve numa região completamente desequilibrada e em particular o caso de Albufeira. Nós temos quarenta e quatro mil residentes e na realidade muitas vezes temos quatrocentos e cinquenta mil, no verão. Relativamente ao Algarve, há pouco falou da questão da saúde, da falta de um novo hospital central, esse novo hospital central só faz falta porque o Algarve tem fluxo de turismo muito grande e são estruturas que, pela sua construção obriga a gastar recursos, mas também pela sua manutenção e pela sua conservação e funcionamento, porque estas estruturas não é apenas a sua construção é depois tudo o resto que tem de ser mantido o seu funcionamento. Gostei de ouvir que o turismo, sendo a atividade económica principal, mas o Algarve realmente está demasiado sustentado no turismo. Estou de acordo com a sua perspetiva, esta crise económica, financeira que decorreu há alguns anos aumentou esse fosso, portanto seria de investir no próximo quadro comunitário, neste quadro vinte-trinta, naquilo que é o contributo para essas pessoas que nos visitam e para a indústria transformadora, a agricultura, as pescas, acho que deveria de haver grandes incentivos a essas áreas, para que podessemos ter preços concorrenciais, com aqueles que vêm de fora e que o nosso turismo consumisse muitas das coisas que eram trabalhadas e cultivadas cá. Isso era ótimo porque diminuíamos muito as importações, aumentávamos a mão de obra e tínhamos de resolver a questão da habitação, que é um problema grave, é outro problema que o Algarve tem de enfrentar e já deveria ter enfrentado há algum tempo e estamos a atravessar esse tipo de problema. Relativamente à mobilidade, falou e bem, há pouco tempo acabaram umas obras na EN125 e algumas já começaram mas ainda não acabaram, e a EN125 perdeu esta intervenção que houve há poucos anos, até ao ano passado, perdeu-se realmente uma grande oportunidade de fazer uma via de comunicação completamente diferente daquela que foi feita, que não ajuda nada este desidrato que é a mobilidade. Notar que há pouco se falou de uma viatura que ande devagar, por exemplo uma carroça e estamos sujeitos a andar quilómetros e quilómetros atrás de uma carroça e demora imenso tempo. Depois quando não há trânsito também tem outro problema que é, convida a alguma velocidade, só que as distâncias não são muitas entre os lancis e obriga alguns acidentes. Perdeu-se uma grande oportunidade, até pela parte comercial que está à volta da própria EN125, poderia ter tido uma oportunidade de ser, de alguma forma organizada, ordenada e até regularizada. De uma forma geral penso que foi



importante o que disse. Sobre a educação não falou, mas realmente tem de se alterar alguma coisa na educação. Aquela triste notícia que vinha hoje nas capas dos jornais nacionais, que era que quarenta e cinco por cento dos alunos não conseguiram localizar Portugal no mapa da Europa, isto é gravíssimo, é uma situação altamente grave, porque se pensamos que temos muitos doutores e engenheiros, mas depois falta mais qualquer coisa. Não é só computadores, não é só Facebook, só telemóveis. Noutro jornal vinha quarenta e cinco por cento, principalmente das raparigas não conseguem saltar à corda, isto é extremamente importante, parece que não é mas é mais importante do que pensamos. As minhas felicitações pela sua explicação."-----

Carlos Miranda: "Falando em mobilidade, eu e os meus colegas fazemos o transporte de muita gente que chega cá, no posto de comboios ou de autocarros e no verão passado transportamos bastantes jovens que tinham mandado os seus currículos para unidades hoteleiras aqui no Algarve. Recordo-me de três miúdos de Montemor, que tinham o contrato para ser assinado com uma unidade hoteleira e tiveram que morar duas semanas numa tenda, no parque de campismo e nunca conseguiram arranjar acomodação para ficarem cá a trabalhar, desistiram. Toda a gente que nós transportamos e chegam à estação das Ferreiras ou de autocarro, com a mochila às costas nota-se o fascínio de chegar aqui e depois de cá estarem uma semana ou duas não conseguem arranjar onde dormir, é os hoteleiros a reclamar que não têm staff, têm que apertar nas horas para conseguirem manter as casas abertas. Vinha nesse sentido perguntar à Câmara se existe algum projeto ou alguma ideia de no futuro fazer alguma habitação social? Isso faria com que muitas das pessoas que estão a ocupar as casas alugadas, que iriam concorrer para a habitação social, o que também pode ser um tiro no pé. Porque quem tem as casas alugadas estão desejando que os inquilinos se vão embora para alugar ao turismo, só durante o verão, não sei se iremos ter esse caminho, mas uma larga fasquia iria deixar casas livres para quem vem de fora para trabalhar poder ficar cá a residir."-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a todas estas questões abordadas pelo Brandão Pires, muito obrigado pela clareza e pela transparência com que referiu uma série de situações. Esta questão que foi falada da habitação, a questão dos transportes, a questão da saúde, tantas outras questões, penso que tem um pouco a ver com algo que infelizmente a AMAL ainda não tem. Falo na AMAL, porque é um organismo regional, a própria CCDR também ainda não tem, que é a capacidade de poder fazer planos a médio e longo prazo. Porquê a importância dos planos a médio e longo prazo? É porque as políticas muitas vezes alteram, não só porque os mandatos





municipais alteram, altera o partido que está no poder, ou mesmo até os vereadores que estão, ou as pessoas que eventualmente estão no poder, porque entendem, de facto e legitimamente, que se deve seguir este ou aquele caminho. A grande vantagem dos planos municipais e não é efetivamente estar aqui a esforçar as entidades com mais estudos e com mais consultas e tudo mais, mas é permitir que haja um plano cinco a dez anos, eventualmente a um prazo alongado, que defina uma estratégia. E o grande problema, penso que do Algarve e mesmo do país, tem a ver exatamente com isso, nos últimos vinte anos, por exemplo aqui em Albufeira não houve um plano de habitação social. Mas não tem a ver com a Câmara, tem a ver com outro tipo de políticas que não foram seguidas. Havendo um plano municipal, ou mesmo até um plano regional, na área da saúde, na área dos transportes, na área do alojamento, naturalmente implicará que haja convergência, haja assunção de fundos para esse efeito e que permita que as políticas acabem por ser convergentes. Porque, por exemplo nos transportes temos um problema, de facto Albufeira tem, Loulé tem, mas se queremos ir de Albufeira para Loulé temos alguma dificuldade, e se queremos ir para Faro, temos também algumas dificuldades. Portanto, esta situação que penso que a AMAL foi pioneira e está a tentar fazer com um plano diferente de transportes regional era fundamental ser aprofundado, não só na área dos transportes como na área da saúde e tudo mais. A ideia de termos aqui planos a médio e longo prazo seria fundamental para a definição dessa estratégia e para a correção, ao longo de algum tempo, no sentido de podermos ter menos recursos afetos e termos uma maior eficácia, uma maior eficiência. No que diz respeito, por exemplo, à questão do alojamento, aquilo que foi focado aqui, pelo meu antecessor, é de facto isto, é que a economia do Algarve, começa a ter problemas gravíssimos porque não consegue fornecer serviços em condições porque não tem pessoas para acompanhar esses mesmos serviços. O que é que isto implicará? A velha história de dizermos que, eventualmente o Algarve pode vir a ter um turismo, perdoem o termo, pé de chinelo, ou um turismo de uma base mais baixa, porque se oferecermos serviços de menos qualidade é isso que teremos também. Se oferecermos serviços de alguma qualidade podemos até, eventualmente subir os preços e termos aqui uma peneira relativamente ao tipo de turismo que aparece. Isto acaba por ser um pouco um círculo vicioso e acaba por ser a necessidade perspetivarmos aquilo que são as questões fundamentais de investimento e naturalmente não só em termos municipais mas em termos regionais. Era essa a ideia que queria aqui deixar.”-----

Pedro Coelho: “Queria só fazer quatro ou cinco comentários, o primeiro referente à mobilidade, como já aqui muito se falou. Vi ali no slide uma ou duas palavras



interessantes, quando se falou da ferrovia, ela estava como uma hipótese ainda e acho que essa questão tem de ser ultrapassada. Ela não pode ser uma hipótese, ela tem de ser uma realidade. Porque a mobilidade do Algarve não se vai alterar, se a ferrovia não for um fator estratégico na ligação dos dois eixos Portimão-Faro, com Albufeira pelo meio, com a grande capacidade turística que tem de captação de camas, dormidas. Só com a ferrovia a ficar a servir as zonas turísticas é que a ferrovia é competitiva, na região para os residentes. Essa questão da ligação ao aeroporto de Faro é fundamental, num horizonte de dez anos ou então estaremos daqui a dez anos a falar que a EN125 está congestionada e que só a Via do Infante ficando sem portagens é que será uma solução. Obviamente que sim, mas aí não estamos a entrar na questão da descarbonização, que era outra matéria que devia de estar aí vincada e que a AMAL muito tem vincado nessa matéria, mas também outras instituições. Essa questão tem de ser clara, se existem investimentos que são estratégicos para a região esse é um deles, à parte do hospital, são matérias que têm de ser trabalhadas. Outra questão que não vi aí bem presente e que achei curioso, é a questão do mar. E aí olho para si e recordo-me do seu slogan, o "mar algarvio um oceano de oportunidades", e o mar aí desapareceu e eu acho que não pode desaparecer. Não pode desaparecer em todo o seu "Cluster" como em tempos foi discutido, tem de ser revitalizado e financiado um conjunto de atividades, mas também na parte da pesca e ligando a pesca ao turismo e a pesca à entidade cultural. A questão da perda da identidade cultural das comunidades piscatórias enquanto valor turístico por si só é algo que deve estar presente. Acho que essa questão é fundamental, como também a questão da agroindústria ligada aos produtos regionais, neste caso na baixa densidade que se falava há pouco, de que são exemplo aos frutos secos. Não faz muito sentido, por exemplo, que na zona do Barrocal, onde se situam os pomares de sequeiro, tradicionais com um elevado valor económico mas também ambiental, que a amêndoa de Portugal, com potencialidade de se colocar no mercado e conseguir competir com outros mercados emissores seja a amêndoa do nordeste de Portugal, de Trás-os-Montes, quando a amêndoa do Algarve tem um valor indiscutível superior. O que tem de acontecer é que tem de haver outro tipo de modelo de gestão desses pomares, desses produtores e aí só com algum financiamento e outro modelo organizacional é que conseguimos mudar essa realidade, porque essa realidade depois também tem, como dizia há pouco, tem impactos fortes nos valores naturais. Porque esses pomares são habitats que estão classificados, mas que se não tiverem valor económico eles vão desaparecer. Acho que essa questão, neste ciclo, não deverá ser esquecida. Por fim, a questão dos



parques industriais e a questão da gestão conjunta dos mesmos ao nível da região. Conseguindo trazer outro tipo de atividades digital, ou não poluentes para os mesmos nessa articulação em rede desses parques. Deixo aqui uma questão que não percebi, os fundos se nos outros PO's eram escassos, neste PO Algarve ainda vai ser mais escasso. Como é que estão a prever essa questão de cruzamento de financiamentos de âmbito nacional com financiamentos muitas vezes do fundo de coesão, mas outros ao nível da ciência, por exemplo, que são fundos que têm vindo a crescer e parece que vão crescer mais, como os ligados às alterações climáticas que também julgo que vão crescer. Como é que esses financiamentos específicos para essas linhas se poderão cruzar para conseguir financiar investimento na região?"----

João Silva: "Não vou repetir o que dois colegas meus da Assembleia Municipal já falaram, concordo plenamente com o que o Francisco disse e com o que o Pedro disse também, obviamente olhando para todos esses pontos que foram enumerados e considero que todos têm uma enorme importância para o desenvolvimento do Algarve, na minha opinião há três pontos que são fundamentais. Um deles tem a ver com a mobilidade, acho que o Algarve precisa urgentemente de resolver a questão da mobilidade, acho que vivemos numa região completamente obsoleta neste aspeto e tem de ser um ponto assente e aí concordo com o Pedro, quando diz que a ferrovia não pode ser uma opção e que tem de ser uma realidade. Outra questão tem a ver com os recursos humanos, que também já falamos, neste momento provavelmente, é talvez do maior défice que temos na região, é falta de recursos humanos e recursos humanos qualificados. E a terceira falava das infra estruturas de saúde, muitas vezes se diz que o Algarve precisa de infraestruturas de saúde, tendo em atenção ser uma região turística, neste momento já ultrapassamos esse ponto, já estamos a precisar de infra estruturas de saúde tendo em atenção os residentes que cá vivem durante todo o ano. A situação está muito mais grave do que era. Isto porque se estes três fatores não forem rapidamente resolvidos ou minimizados aquele que é o nosso maior sector, que é o turismo, do qual estamos a ficar todos dependentes, vai acabar por se degradar ainda mais e vai ter um impacto muito maior na nossa economia. Sendo muito generalista e no meio de tanta coisa que acho que é preciso fazer pela região acho que estes três pontos são determinantes e é urgente tratar deles e que lhe deem alguma solução mais rápida."-----

Adriano Ferrão: Não quero alongar muito sobre os pontos que já foram aqui assinalados, que para mim são concludentes e são muito pertinentes, mas tenho aqui algumas coisas que também acho que têm de ser ditas. Uma das situações que acho que é basilar é que muitas vezes as políticas regionais, já para não falar das



nacionais, muitas vezes manifestam-se com maneiras egocêntricas de se verem nesse processo, o que leva a que haja o faz e o desfaz. Penso que para pensar estrategicamente nesta região do Algarve, tem de haver um pacto entre os partidos. Esse pacto tem de ser forte, tem de ser sólido e tem de perdurar e não pode ser, “eu quero ser o presidente mas amanhã tu também queres ser o presidente e depois o outro presidente vem desfazer o que o outro fez”, isso não pode acontecer. Tem de haver perante os nossos sete por cento nacionais que têm pouco impacto em Lisboa, temos de ter uma voz forte e temos de ter uma voz determinada e tem de ser o Algarve, mais que os partidos tem de ser o Algarve. Enquanto o Algarve não se unir nós não vamos chegar a ponto nenhum. Claro que tenho falado com algumas pessoas sobre isto, nomeadamente alguns dos senhores deputados nacionais que nos representam e tenho apelado, precisamente, a que este conceito prevaleça. De qualquer modo o mar, ouvi falar do mar e acho muito bem, apraz-me ver que quando aparecem agora, que vai haver uma nova carreira entre o Funchal e Portimão, que vai ter cerca de doze viagens previstas para este verão. Estamos numa região cheia de turismo que não aproveita o turismo de cruzeiros, porquê? Porque não temos portes, com profundidade suficiente, estamos resumidos, praticamente a Portimão e pouco mais e mesmo assim, são barcos médio grandes. Tudo o que é estas bacias hidrográficas assoreadas e por isso não há acesso possível. Devia haver um esforço nesse lado, por outro lado, muitas vezes quem possui um barco tem uma dificuldade grande de acesso ao mar. Uma simples rampa, quantas rampas são acessíveis ao turista de desporto náutico de recreio? São poucas, têm de fazer uma estratégia em casa, antes de se lançar à água para saber onde vai. Mais a mais que as cartas de marinheiro impõem certos limites de distância de navegação. Depois, claro que isto levaria também à prática do desporto, que é uma coisa que parece que estas nossas cidades Algarvias vivem de costas para o mar. Vejo um bocadinho em Portimão, uma vez ou outra em Lagos, às vezes à volta de Faro e acabou, não se vêem barcos à vela, não se vêem grandes competições que se poderiam fazer com o mar maravilhoso que nós temos. As acessibilidades foram aqui faladas, também penso que sim, as acessibilidades são cruciais, quer as estradas, porque nós temos dois eixos longitudinais, um deles pago o outro não, mas as outras estradas são quase caminhos, tortuosos, difíceis, entre muros, entre pequenas propriedades e que não servem para o escoamento do trânsito necessário. A necessidade de diversificar o investimento as atividades económicas para não estarmos tão dependentes do turismo é premente. Há muitos dos nossos filhos que não querem trabalhar no turismo, têm outras vontades e o que é que nós temos para



lhes dar para além disso? Muito pouco e penso que têm de ser criadas essas estruturas e isto leva-me a pensar que também e até pelos artigos que agora falamos, as licenciaturas já não chegam, Bolonha tem muito a ver com isso. A universidade tem de trabalhar com as empresas, nós temos um ensino no Algarve que se desajusta das necessidades do próprio Algarve. Lembro-me de ouvir falar, uma vez em Sevilha, que o secundário era todo ele virado, no seu pensamento didático-pedagógico do ensino em Andaluzia, virado para preparar os jovens primeiro para as necessidades regionais e depois para as necessidades nacionais. Não é ressocializar os jovens de poderem exercer um dia uma profissão em qualquer parte da Espanha, mas primeiro privilegia-se as necessidades da região. Isso faz com que as gerações mais jovens se possam fixar nas próprias regiões de origem e não emigrar, que é o que acontece com a maior parte dos nossos jovens, que vão para Lisboa e lá tiram os seus cursos e por lá ficam se não forem para o estrangeiro e poucos vêm para o Algarve. Se forem para o Algarve vão se manifestar em quê? Turismo ou quase nada. Por isso penso que tem de haver um diálogo muito forte entre a universidade, as escolas, as empresas e a política, para sabermos realmente o que é que necessitamos e o que é que queremos. A cultura em Portugal tem sido sempre o "parente pobre", quando sobra umas migalhas lá se põe um bocadinho na cultura. A cultura sofre disso, nós também temos essas sensibilidades da população para o lado cultural e não estou só a falar dos turistas, porque os turistas também apreciariam e o que faz a nossa diferença, há pouco estávamos a falar que o nosso turismo está de massas e cada vez tem menos qualidade o próprio turista. E porquê? Porque o turista de qualidade procura, no fim de contas, destinos turísticos, onde prevaleça o traço cultural que não é fácil de ele ter acesso no seu próprio país. Aqui estamos a descaracterizarmo-nos, vamos perdendo todos esses sinais e itens culturais que nos destacavam e o que é que vai sobrar? A partir daí vamos entrar simplesmente no preço qualidade daquilo que é oferecido pelas atividades turísticas mais correntes. Há regiões aqui nesta bacia do Mediterrâneo que são pujantes e fortes e que nos vão roubar, de certeza, uma boa fatia. De modo que penso que há aqui um conjunto de reequilíbrios que têm de ser assinalados. Por fim, falar da costa, do barrocal e da serra, que são Algarve e que nós aqui olhamos para lá, distraímo-nos um pouco e voltamos para a costa. Lá se foi outra vez o barrocal e então a serra é uma coisa folclórica que se lá vai de vez em quando, para beber um medronho ou comer umas costeletas de borrego." -----

Joaquim Brandão Pires: "Para encerrar e agradecer, de facto, muito ricos os contributos, superaram claramente as expectativas, porque pensei em vários



cenários. Pensei que uns partidos fossem dizer umas coisas, outros contrariavam, mas não. Conseguiu-se aqui criar um clima construtivo, com ideias boas, que fomos retendo e que são úteis para a região. Das várias intervenções, tomei boa nota de todos, mas a questão da ferrovia eventual interrogação que ali pode estar tem a ver com o seguinte, a ferrovia é uma aposta decisiva e importante, tenho mais dúvidas se será esta ferrovia pesada a fazer a costa litoral ou se será altura de começarmos já a pensar em modos mais ligeiros, é só essa a questão. Até em termos energéticos, o tipo de carruagem, se calhar é importantíssimo termos uma linha eletrificada, obviamente, temos o alfa pendular para Lisboa e dentro da região, mas servir o parque das cidades, o aeroporto de Faro, vir até Albufeira, ir até Tavira, etc, muito perto dos centros urbanos e com uma linha que sirva a população, tenho dúvidas se será essa linha pesada que está aí a solução. É talvez por isso que tenha refletido, há duas hipóteses mais a estudar, mas que é uma aposta claríssima isso é, sem dúvida nenhuma. Em relação ao hospital, como muito se falou, há uma questão que há pouco não referi, mas que deve ser tida em consideração, que é, neste momento os especialistas dizem que o investimento que é feito no hospital de Faro já é um bocado dinheiro deitado fora, porque aquilo já começa a ter uma idade que não justifica estar a continuar a investir ali. A não existência do novo hospital central universitário está a colocar em causa o curso de medicina da universidade do Algarve que está a granjear um nível de grande qualidade, mas não tem professores catedráticos, porque não faz só ensino, tem de estar um hospital central também a trabalhar. E começamos a ter essa dificuldade e estamos a entrar num estrangulamento que dificilmente resolvemos e parece-me, dito por especialistas em investimentos nessa área, que é dinheiro jogado à rua, que continuamos a investir muito mais tempo no hospital central de Faro, porque seria muito mais lógico. Sobre a questão da educação, acabamos de fazer um trabalho muito interessante, ao nível da AMAL, com o apoio de uma empresa consultora do norte e de Lisboa, de antecipação das necessidades profissionais para o nível quatro, que é um trabalho muito profundo, que envolveu empresas, envolveu escolas, envolveu um conjunto de entidades, envolveu muito os alunos e permite-nos perspetivar, começamos com esse processo de antecipar necessidades de formação profissional e encontrar níveis de empregabilidade. É um trabalho muito interessante que gostava de deixar aqui a referência que está a ser feito, não é o ensino universitário mas é aquele nível intermédio equivalente ao décimo segundo ano, é um sistema de dupla certificação, o aluno ou termina ali o seu percurso escolar ou se quiser pode continuar, tem sempre equivalência ao décimo segundo ano



e pode prosseguir na via universitária. Julgo que é uma boa aposta. Quero agradecer novamente por estas horas."-----

Presidente da Assembleia: "Muito obrigado nós, de facto o grande paradigma, quer em termos económicos quer em termos culturais, quer em termos educacionais, de saúde, qualquer outro é que o Algarve seja olhado pelos Algarvios como só um, em vez das quintas e das capelas e comecemos todos a pensar com identidade regional mais do que uma identidade do município, porque só assim é que vamos conseguir ter efetivamente autonomia para criar escala e criar peso para que em Lisboa olhem para o Algarve como uma entidade regional e que reconheça que tem valias para as pessoas que cá vivem e que tem necessidades para as pessoas que visitam e que os que visitam têm que dar muito e dão muito ao país, em vez de recolher só aquilo que é a estatística. Porque somos um dos maiores produtos de IVA do país, mas também não beneficiamos nada com isto, porque depois quer seja por aritmética quer seja por matemática, uma coisa é certa, traduz-se em falta de dinheiro e em falta de apoios para a região. Agradecer uma vez mais, na sua pessoa, bem como na sua equipa, o trabalho que aqui nos trás e a forma clara e transparente como aqui se pôs e agradecer a todos os presentes pela forma como contribuíram. Lembrar mais uma vez que o Dr.º está aberto à recolha de opiniões e recolha de ideias para que consigamos ter um plano efetivamente conjunto, global, pensado, discutido acima de tudo e muito importante, conhecido. Dar só conhecimento aos membros da Assembleia Municipal, um requerimento que entrou na mesa, o PAN entrega uma proposta que depois será discutida entre os líderes das forças políticas representadas em que propõe que na reunião entre a Câmara Municipal, a Albucoop, e as outras cooperativas, bem como a associação dos Tuk-Tuks, estejam presentes um membro de cada grupo político de forma a poder acompanhar essas discussões, já que o regulamento parece-me que também está organizado, depois faremos oficialmente esta comunicação á Câmara Municipal, saber se anui a esta participação e depois será discutida pelos membros da Assembleia."-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

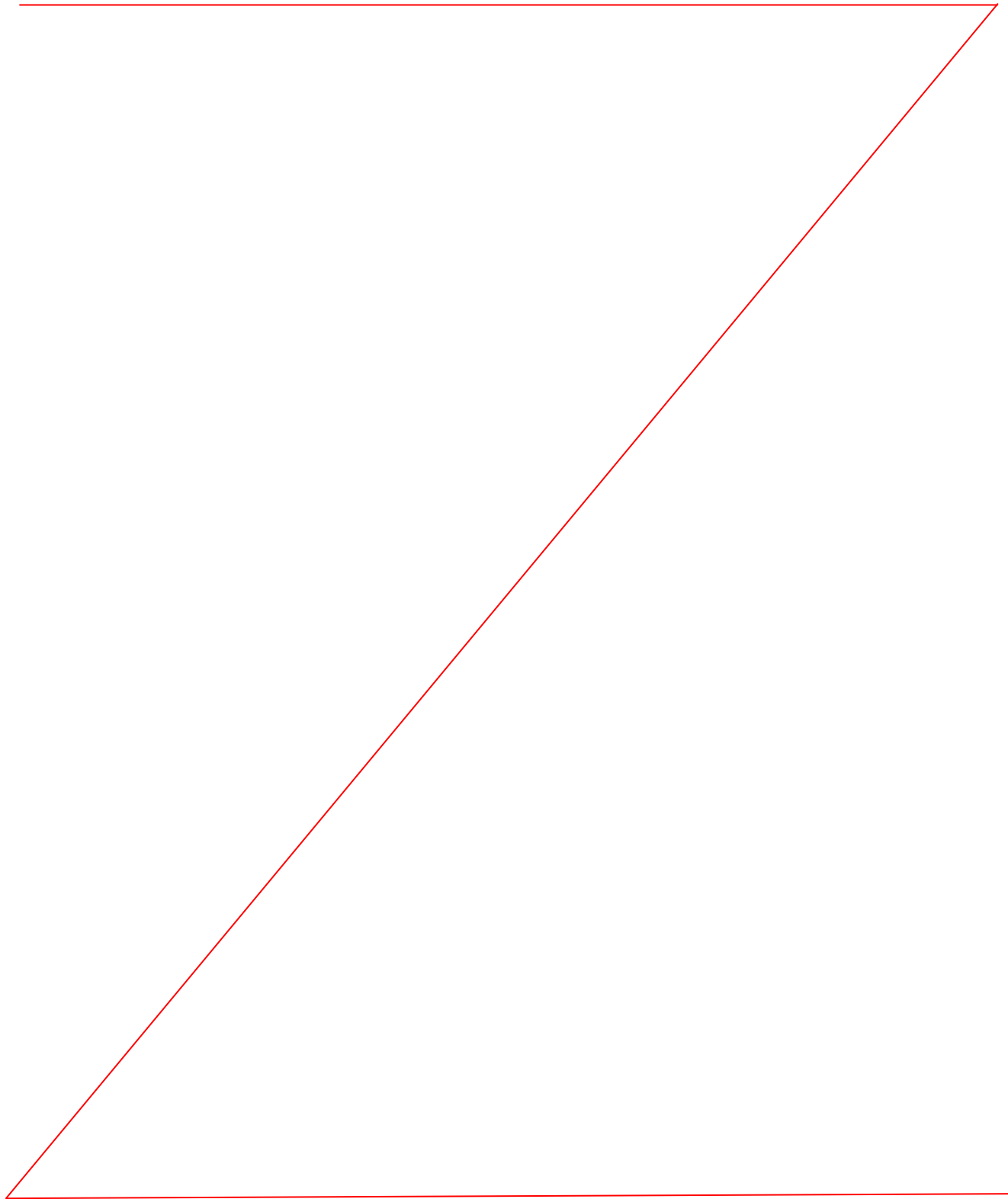
Albufeira, 10 de maio de 2018 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_



A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A SEGUNDA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_



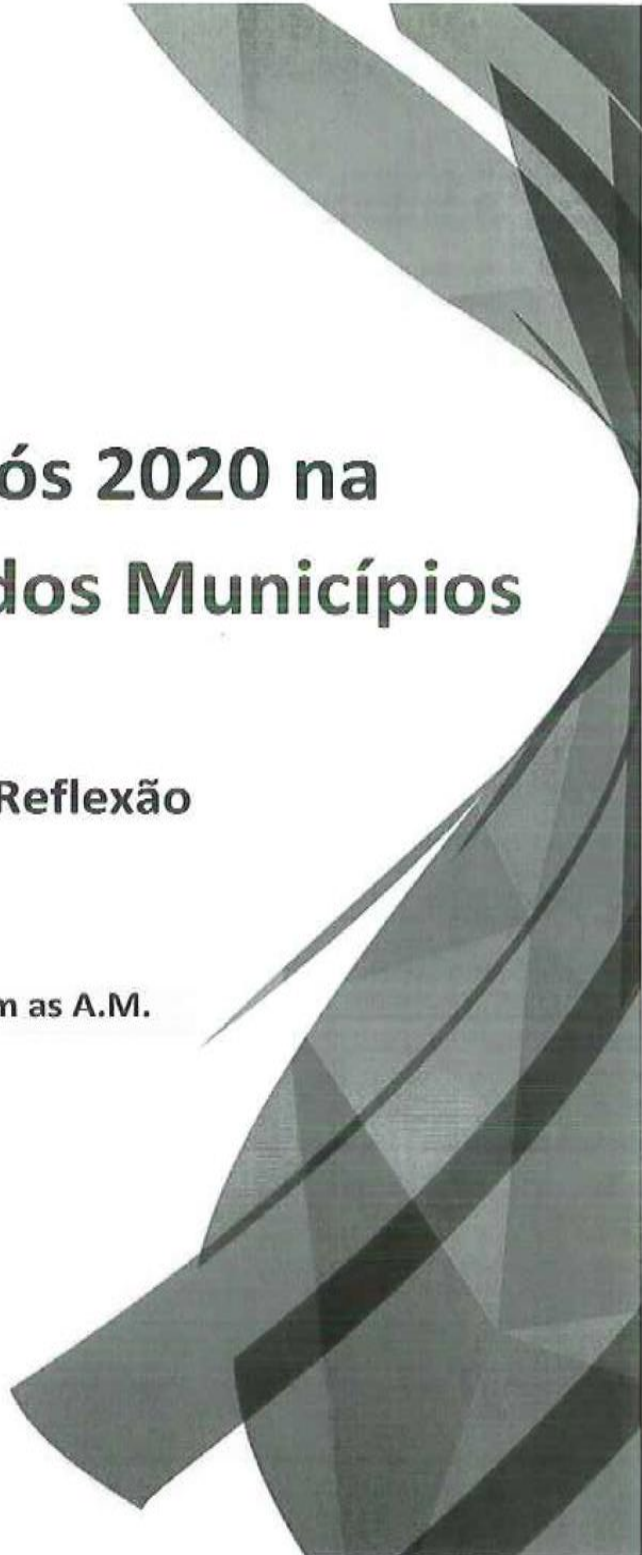




# O Algarve pós 2020 na Perspetiva dos Municípios

**Contributo para a Reflexão  
Portugal 2030**

**Versão para Discussão com as A.M.**  
Junho de 2018





O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

## NOTA PRÉVIA

O presente Estudo dá cumprimento ao contrato estabelecido com a AMAL, no final do mês de fevereiro do corrente ano, e designado "O Algarve pós 2020 na perspetiva dos municípios": Contributo para a reflexão Portugal 2030".

Este Relatório corresponde à versão Final do Estudo e será a base para efeitos de discussão. Procura-se, através dela, suscitar a discussão com os responsáveis municipais. Por ser uma versão *Draft* há prioridades, propostas e ideias de projetos que necessitam de ser confirmadas. O tempo ainda é o de Interrogações.

O documento encontra-se estruturado em dois capítulos:

- ✓ No primeiro posiciona-se o Algarve neste período prévio ao novo período de programação e sumaria-se os principais problemas estruturais da região;
- ✓ No segundo enunciam-se os principais desafios para o Algarve e propõem-se os projetos considerados essenciais a levar a cabo.

Os grandes desafios para a Região encontram-se sistematizados em torno de dez abordagens temáticas:

- 1) O modelo de governação;
- 2) Adaptação às alterações climáticas;
- 3) Os desafios da água;
- 4) Áreas protegidas e floresta;
- 5) Ordenamento, requalificação urbana e habitação;
- 6) Demografia, economia, emprego e Inovação;
- 7) Baixa densidade e interioridade;
- 8) Mobilidade;
- 9) Saúde. Rede de infraestruturas e equipamentos;
- 10) Cultura e identidade regional.

VERSÃO PARA DISCUSSÃO COM AS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS  
Junho 2018



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

## SIGLAS E ACRÓNIMOS UTILIZADAS NO RELATÓRIO

ACB:	Análise Custo-Benefício
AD&C:	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P
AE:	Autoestrada
AM:	Áreas Metropolitanas
APA:	Agência Portuguesa do Ambiente
BCE:	Banco Central Europeu
BEI:	Banco Europeu de Investimento
CAE:	Classificação das Atividades Económicas
CCDR:	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE:	Comissão Europeia
CIM:	Comunidade Intermunicipal
DGEEC:	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGEG:	Direção Geral de Energia e Geologia
DGOTD:	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGREGIO:	Direção Geral da Política Regional e Urbana
DIA:	Declaração de Impacte Ambiental
E-gov:	Electronic Government
ETAR:	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FBCF:	Formação Bruta de Capital Fixo
FdC:	Fundo de Coesão
FEADER:	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER:	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEIE:	Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos
FEMP:	Fundo Europeu Marítimo e de Pesca
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FSE:	Fundo Social Europeu
IC:	Itinerário Complementar
ICNF:	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
I&D:	Investigação & Desenvolvimento
I&D+I:	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IEFP:	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IFDR:	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
IGF:	Inspecção Geral de Finanças

VERSÃO PARA DISCUSSÃO COM AS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS  
Junho 2016



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

IMI:	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT:	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INE:	Instituto Nacional de Estatística
IPC:	Índice de Preços no Consumidor
IRC:	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS:	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISDR:	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
IVA:	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JESSICA:	Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas
NUTS:	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE:	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
PIB:	Produto Interno Bruto
PME:	Micro, Pequenas e Médias Empresas
PO:	Programa Operacional
POOC:	Planos de Ordenamento da Orla Costeira
p.p.:	Pontos Percentuais
PPP:	Parceria Público-Privada
PPC:	Paridades de Poder de Compra
PRODER:	Programa de Desenvolvimento Rural
PROT:	Plano Regional de Ordenamento do Território
QCA:	Quadro Comunitário de Apoio
QREN:	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCM:	Resolução de Conselho de Ministros RF Relatório Final
RNB:	Rendimento Nacional Bruto
TCE:	Tribunal de Contas Europeu
TIC:	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE:	União Europeia, anteriormente denominada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
(CECA):	Comunidade Económica Europeia (CEE) y Comunidade Europeia (CE).
UEM:	União Económica e Monetária
VAB:	Valor Acrescentado Bruto

3



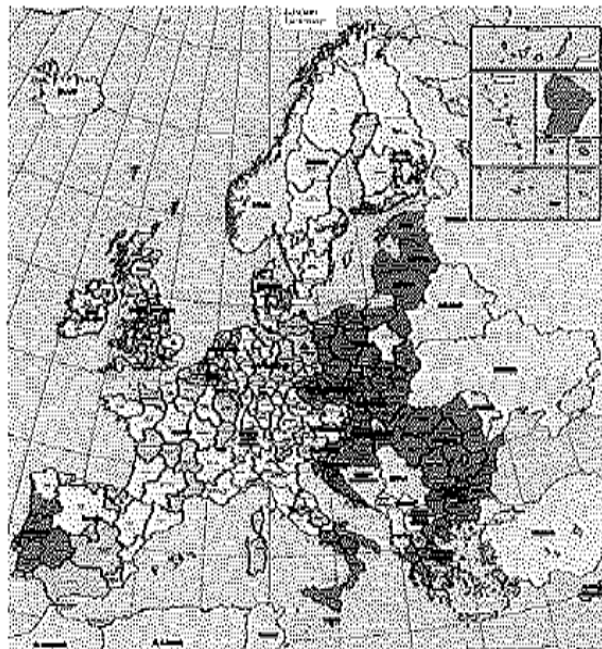
**O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS**  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2020

## DEFINIÇÕES




### Tipologias das Regiões NUTS 2

No período 2014-2020, a política de coesão utiliza três categorias de regiões de acordo com o PIB per capita correspondente aos anos 2007, 2008 y 2009 (vide mapa 1).

Mapa 1. Níveis de Desenvolvimento das Regiões da Europa (NUTS 2)



Fonte: Eurostat, 2017

-  Regiões menos desenvolvidas:  
PIB per capita (em termos de PPA) inferior a 75 % da média da UE-27
-  Regiões em transição:  
PIB per capita (em termos de PPA) entre 75 % e 90 % da média da UE-27
-  Regiões mais desenvolvidas:  
PIB per capita maior ou igual que 90 % da média da UE-27



**O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS**  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

**Listagem das Personalidades e Entidades com quem foram efetuadas reuniões até ao momento:**

- ✓ Alexandra Gonçalves, Diretora Regional da Cultura do Algarve
- ✓ Anabela Afonso, Comissária do 365 Algarve
- ✓ Artur Gregório, Presidente da Associação IN LOCO
- ✓ Dália Paulo, Ex-Diretora Regional de Cultura e ex-responsável pelo programa 365 Algarve
- ✓ Fernando Severino, DRAPALG - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
- ✓ Francisco Marques, DREALG: Direção Regional de Educação do Algarve
- ✓ Francisco Serra, CCDR Algarve - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve
- ✓ Margarida Flores, ISS - Instituto da Segurança Social, IP - Centro Distrital de Faro.
- ✓ Madalena Feu, IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional - Algarve
- ✓ Paulo Águas - Universidade do Algarve
- ✓ Paulo Morgado, ARS - Administração de Saúde do Algarve
- ✓ Pedro Alves, HPA - Hospital Particular do Algarve
- ✓ Pedro Lopes, Grupo Pestana
- ✓ Sebastião Teixeira, Agência Portuguesa do Ambiente, Algarve
- ✓ Valentina Calixto, Diretora Regional do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas. Departamento do Algarve

VERSÃO PARA DISCUSSÃO COM AS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS  
Junho 2018



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

## METODOLOGIA

No presente trabalho optou-se por analisar com alguma profundidade o atual período de programação, o Portugal 2020. Esta análise incidu não apenas nos resultados e execuções, mas, sobretudo, nos processos. Tratou-se de uma análise crítica ao funcionamento do sistema.

Recolheu-se a informação mais relevante sobre as perspetivas para o período 2030. Sintetizou-se as principais discussões em curso e posições assumidas, bem como as incertezas principais que se levantam em relação ao futuro da União Europeia.

Entrevistámos com os principais responsáveis por entidades e instituições da região. Recolhemos as diferentes perspetivas e posicionamentos face ao futuro regional. Concluiu-se que, no caso do Algarve, não se justifica que a discussão do futuro da região se confinasse aos limites impostos pelos Fundos comunitários da União Europeia.

Seguir-se-á a apresentação e discussão com os responsáveis autárquicos de região. Pretende-se sistematizar os seus contributos, as suas prioridades e fechar-se-á o Relatório, que deverá integrar as perspetivas, preocupações e desejos da AMAL e das 16 autarquias da Região em relação ao próximo período de programação 2021-2027.

6



**O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS**  
**CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2020**

## CONTEÚDO

<b>NOTA PRÉVIA</b> .....	<b>1</b>
<b>SIGLAS E ACRÓNIMOS UTILIZADAS NO RELATÓRIO</b> .....	<b>2</b>
<b>DEFINIÇÕES</b> .....	<b>4</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>6</b>
<b>1. PONTO DE PARTIDA DO ALGARVE PARA O PERÍODO PÓS 2020</b> .....	<b>8</b>
<b>2. OS GRANDES DESAFIOS PARA A REGIÃO</b> .....	<b>10</b>
2.1. O Modelo de Governação Regional.....	10
2.2. Adaptação às Alterações Climáticas.....	12
2.3. Os Desafios da Água.....	13
2.4. Áreas Protegidas e Floresta.....	14
2.5. Ordenamento, Requalificação Urbana e Habitação.....	15
2.6. Demografia, Economia, Emprego e Inovação.....	16
2.7. Baixa Densidade e Interfortidade.....	17
2.8. Mobilidade.....	19
2.9. Saúde, Rede de Infraestruturas e Equipamentos.....	20
2.10. Cultura e Identidade Regional.....	21



**VERSÃO PARA DISCUSSÃO COM AS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS**  
 Junho 2018





O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

## 1. PONTO DE PARTIDA DO ALGARVE PARA O PERÍODO PÓS 2020

O tempo é de discussão na Europa e em Portugal sobre o futuro da União Europeia. Dessas discussões saíam propostas de políticas, de prioridades, de áreas de intervenção. A primeira proposta de orçamento comunitário para o período 2021-2027 foi apresentada no passado dia 2 de Maio. Fica bastante aquém das nossas expectativas e necessidades.

A preparação do novo período de programação é feita num clima de grandes incertezas. O último orçamento, num contexto mais "pacífico", para o período 2014-2020, no valor de 960 mil milhões de euros demorou quase 18 meses e diversas cimeiras para ser aprovado.

Uma questão central vem, desta feita, dificultar a já tradicionalmente complexa discussão em torno das contribuições orçamentais. Trata-se do Brexit. Uma vez que a saída britânica significa uma redução de 10 mil milhões de euros por ano para o orçamento comunitário já a partir de 2021. Outras questões que marcarão o próximo orçamento decorrerão da necessidade de vir a incluir um reforço das despesas para a gestão migratória, para a defesa e segurança interna.

A partir de agora entrar-se-á num, certamente longo, período de discussão. Portugal tem tomado posições acerca do próximo período de programação que podem ser sintetizadas da forma seguinte:

- ✓ Apoio à manutenção de uma política de coesão forte, com recursos adequados para atingir os seus principais objetivos. ou seja, contribuam para que os Estados-Membros e as regiões convirjam com os padrões de desenvolvimento da União Europeia;
- ✓ A política de coesão deve reforçar o seu foco na competitividade através do apoio à inovação e ao emprego enquanto fatores fundamentais para a verdadeira convergência e para uma coesão duradoura. Contudo, é necessário conciliar as políticas e as medidas de apoio à competitividade com outras destinadas a melhorar a competitividade e a coesão territoriais;
- ✓ Defesa da manutenção dos atuais montantes do orçamento afetos às políticas da coesão, não obstante o BREXIT. Para colmatar este efeito, Portugal propôs a possibilidade de criação de três impostos comunitários, uma taxa digital, uma taxa verde e uma taxa sobre as transações financeiras internacionais. Avança a hipótese da contribuição de cada Estado-Membro subir de 1% para 1,2% por ano do correspondente Rendimento Nacional.

A crise recente deixou marcas profundas no Algarve. Entre 2011 e 2015 estagnámos em termos absolutos, empobrecemos em termos relativos. Fomos a região que mais sofreu com a crise, mas também aquela que mais rapidamente a superou. Nos dois últimos anos o Algarve mais que



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

recuperou a importância que tinha no PIB Nacional e atingiu níveis de empregabilidade equivalentes aos do período antes da crise.

Não obstante a evolução registada e a colocação entre as regiões mais desenvolvidas no país, o Algarve não deixa de revelar grandes fragilidades e desequilíbrios estruturais que importa não escamotear. Importa assinalar que o Algarve tem sido refém do PIB per capita, ajustado pelas diferenças de preços relativos entre os países através dos PPC, indicador único na determinação dos níveis de desenvolvimento das regiões da Europa.

Refira-se, todavia, que em alternativa e para analisar o nível de desenvolvimento efetivo das regiões o INE, para as NUTS III, utiliza um indicador designado de Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) construído a partir de uma matriz de 65 indicadores estatísticos, agrupados pelas áreas da competitividade, coesão e ambiente, que pretendem traduzir o conceito de desenvolvimento. Através deste indicador, mais desenvolvido e complexo, o Algarve é situado no nível de desenvolvimento mais baixo do país. O fraco desempenho do Algarve em matéria de ISDR deve-se a um conjunto de fragilidades e problemas estruturais que a região padece. Entre eles destaca-se:

- ✓ Uma região que gira em torno do turismo e que nos últimos anos se tem sobre especializado. As atividades de Alojamento e Restauração, Comércio e Atividades Imobiliárias contribuem em cerca de 40% do PIB e 60% do emprego;
- ✓ Pouca integração da economia regional. Não existe articulação entre a oferta produtiva regional e a procura gerada pelo turismo;
- ✓ Uma região que sustenta a sua principal produção e exportação, o turismo, à custa de elevadas importações. Produtos como frutas e legumes, carnes, peixe e bebidas são, essencialmente, importadas;
- ✓ Desequilíbrios acentuados no mercado de trabalho. As expectativas dos jovens cada vez mais qualificados não encontram procura na região por parte do tecido empresarial. O modelo seguido tem vindo a criar muitos empregos, mas pouco qualificados;
- ✓ Uma região em que o Litoral concentra a grande parte da população, das empresas, dos empregos, dos equipamentos, das infraestruturas e serviços. Em contrapartida o interior tem vindo a definhar;
- ✓ Uma região sem poder de decisão quer económico, quer político. Os centros de decisão estão fora da região;
- ✓ Uma região que está a envelhecer e que se mostra incapaz de atrair pessoas em idade ativa e que está a perder a sua identidade cultural;
- ✓ Uma região que precisa de ser percorrida e usufruída. Mas que é lenta, congestionada, pouco fluida por ausência de vias eficazes e transportes coletivos;
- ✓ Uma região em que o funcionamento do mercado gera desequilíbrio acentuados entre a oferta e a procura em domínios como a habitação, saúde e equipamentos sociais.



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

## OS GRANDES DESAFIOS PARA A REGIÃO

Se tivéssemos que descrever uma visão, um cenário de referência para o Algarve em 2030, seria algo como: Fazer do Algarve uma das regiões mais desenvolvidas do país e da Europa, dotada de recursos humanos qualificados. Com uma economia dinâmica e sustentável. Uma região competitiva externamente e coesa internamente. Uma região que preserva os valores ambientais e preparada para enfrentar os desafios das alterações climáticas. Uma região que conduz os seus próprios destinos e valoriza a sua identidade.

É um caminho ambicioso, mas o sentido do percurso é este. Há obstáculos a remover. Há recursos a mobilizar. Há exigências de qualidade que têm de ser postas na ordem do dia.

Haverá que chegar a consensos sobre uma Estratégia Regional. Provavelmente haverá que estabelecer um Pacto Regional para a forma de governança e para as prioridades em infraestruturas na próxima década. De forma a que seja defendida por todos na região independentemente de quem esteja no poder em cada momento.

O Algarve necessita de um Pacto Regional para as Infraestruturas e Redes. Necessitamos de estabelecer um acordo sobre o que a Região precisa para os próximos dez anos e que estejamos de acordo na sua instalação? É esse pensamento estratégico que precisamos ter.

### 1.1. O Modelo de Governação Regional

A forma como está organizado o Estado na Região e o modo como são geridos os fundos aplicados no Algarve correspondem a situações de grande ineficiência. Há um claro desperdício de recursos, já por si bastante escassos. Trata-se de um modelo anacrónico, demasiado centralista. As políticas são demasiado banda-larga não atendendo às especificidades da região. Estando o Algarve em regime de transição para efeitos de aplicação de fundos comunitários, *phasing-out*, mais se justificaria atender às suas especificidades e não padronizar regras e procedimentos que tanto têm prejudicado a Região.

A nível da gestão do Algarve 2020, que é uma cópia do Portugal 2020, há ineficiências que decorrem da padronização de procedimentos, da uniformização de regulamentos, do excesso de centralismo, do controle de minudências. Publicar o Aviso da abertura de um novo concurso é um carrocel para cima e para baixo provocando atrasos inadmissíveis na execução, posteriormente sempre imputável ao nível regional. Também a prática corrente de abertura de demasiadas frentes de apoios, sem que haja dimensão financeira para que cause qualquer efeito gerador de dinâmicas que, eventualmente, se pretendam. Associado a esta prática há uma obsessão por processos concursais. Há situações em que se abrem concursos para um único concorrente. Tudo isto significa desperdício de recursos, ineficiências. Com os atrasos causados por estes processos

VERSÃO PARA DISCUSSÃO COM AS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS  
Junho 2018



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

morosos, no final dos períodos de programação entra-se em grandes azáfamas, aprovando-se à pressa e sem grande critério, prevalecendo as preocupações quanto às taxas de execução em detrimento da pertinência dos projetos apoiados.

Consideramos que o Algarve necessita de uma visão e de uma **Estratégia Regional**, que deve ser geral e não estar ancorada aos Fundos comunitários. De resto, o Planeamento Regional tem sido desvalorizado. Nada existe para além da estratégia associada à RIS3, condição necessária no âmbito do Portugal 2020.

Também haverá que alterar os processos de participação dos cidadãos. Não confundir audição com participação. Há que ouvir líderes de opinião, chegar a grupos de interesses. Chegar a uma Estratégia que reflita os interesses da maior parte possível da população e salvguarde o futuro da Região.

Há quem refira que o problema central do Algarve é o de falta de capacidade de decisão, a ausência de liderança regional. Na geografia do poder podemos identificar Espaços que mandam e Espaços que obedecem. Os Espaços de mandar são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo. Falamos de entidades públicas e privadas. Falamos do exercício do poder regulatório por empresas e pelo poder político. Nesta abordagem, o Algarve situa-se claramente no espaço de obediência.

O Algarve tem um grande problema de insuficiência de meios financeiros, traduzido na falta de investimento público para fazer face às transformações que a Região necessita. A política de investimentos em Portugal tem estado ancorada aos apoios comunitários. Os recursos são escassos e tem-se priorizado as contrapartidas nacionais dos projetos com cofinanciamento dos Fundos. Desta forma o Algarve não tem acesso aos Fundos comunitários pelas regras de Bruxelas, nem ao Investimento Público Nacional, pelas regras de Lisboa.

Todavia, o Algarve é uma região com um índice de desenvolvimento regional (ISDR) entre os mais baixos do país. Por outro lado, o contributo do PIB regional para o nacional está a aproximar-se de 5%, 8,3 mil milhões de euros, em 2016. Nestas circunstâncias o Estado deverá compensar a região em investimento público, devido, por um lado, à discriminação negativa a que está sujeita em matéria de acesso aos fundos e, por outro lado, ao contributo da região para o PIB nacional.

Propostas relativas à  
Governança:

- 1) Construir uma Estratégia Regional do Algarve para a próxima década, numa base de grande participação, negociada e aceite pela região;
- 2) Estabelecer um Pacto Regional para a governança, concretizando o processo de descentralização em curso, garantindo uma liderança regional legitimada, bem como um Programa de Infraestruturas a executar em 10 anos, com calendário e programação financeira;
- 3) Constituir um Fundo de Coesão Regional que resulte da comparticipação dos Fundos comunitários, do Estado Central e dos Municípios.



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

A nível regional advoga-se uma solução que passa pela mobilização dos fundos nacionais, nomeadamente via PIDDAC, com os Fundos do Algarve 2030 e os Fundos Municipais, designadamente os decorrentes das novas origens que se encontram em discussão, na criação de um instrumento que por facilidade lhe chamamos **Fundo de Coesão Regional** e que deverá estar afeto à realização de grandes infraestruturas da região.

## 1.2. Adaptação às Alterações Climáticas

A previsão dos efeitos das alterações climáticas deverá estar presente nos exercícios de planeamento para os próximos anos pois não deixará de ter consequências sobre a realidade que nos debruçamos, em particular sobre as zonas costeiras, como é o caso do Algarve. Mesmo na presença de respostas fundamentadas na adaptação planeada aos cenários climáticos futuros, existirão sempre riscos climáticos que irão afetar a região em múltiplos aspetos ambientais, sociais e económicos. Torna-se, por isso, fundamental a análise, desenvolvimento e implementação de um conjunto coerente e flexível de opções de adaptação que permitam à região estar melhor preparada para lidar com os potenciais impactos das alterações climáticas

De grande importância serão os Planos de Adaptação às Alterações Climáticas que partem da identificação e priorização das atuais vulnerabilidades e riscos climáticos e da sua projeção. Constituem instrumentos a serem revistos e atualizados, com base na evolução do conhecimento científico e das práticas de adaptação às alterações climáticas. Pretende-se que seja um ponto de partida para o contínuo desenvolvimento de políticas territoriais coerentes.

Um dos efeitos mais preocupantes para o Algarve decorrentes das Alterações Climáticas será a elevação do Nível Médio das Águas do Mar (NMGM). Embora haja incerteza sobre qual será o aumento do NMGM até ao fim do século XXI, é provável que possam atingir valores da ordem de 1m. Tais variações terão efeitos muito significativos e gravosos no litoral do Algarve.

12

### Propostas relativas à Adaptação às Alterações Climáticas:

- 4) Executar o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve), proceder à sua revisão regular e promover a concretização das Estratégias Municipais;
- 5) Com base no conhecimento científico e de linhas de investigação desenvolvidas pela Universidade da Algarve e outras Universidades a Região deverá encontrar soluções para o futuro das Ilhas barreiras da Ria Formosa.



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

### 1.3. Os Desafios da Água

As necessidades de água potável são crescentes e sendo um recurso limitado tende a escassear, originando com alguma frequência períodos de crise. A água potável do Algarve tem duas origens com importâncias sensivelmente idênticas: as águas subterrâneas e as águas superficiais.

O consumo de água potável na região atinge valores médios em torno de 225 hm<sup>3</sup>/ano. Os seus destinos são os que constam do gráfico abaixo. Refira-se que a água para a agricultura tem a sua origem essencialmente nas águas subterrâneas. O golfe utiliza os dois tipos de origens e também a partir de processos de reciclagem de águas residuais. De assinalar uma experiência piloto, no Algarve, de uma unidade hoteleira que procede à dessalinização das águas do mar.

Importa aumentar a resiliência das origens de água, dando resposta ao aumento da procura e às consequências das alterações climáticas. A reutilização de águas residuais deve ser um dos caminhos a privilegiar, pois não injeta no ambiente elementos poluentes e promove a economia circular.



**Propostas relativas aos Desafios da Água:**

- 6) Melhorar a eficiência dos sistemas (redução de perdas, otimização da rega, ...);
- 7) Aumentar a capacidade de armazenamento superficial, em concreto equacionar a construção da Barragem em Alportel, também como medida de contenção de cheias em Tavira;
- 8) Promover a recarga de aquíferos;
- 9) Assumir o potencial de reutilização de águas residuais da região;
- 10) Estudar a viabilidade da dessalinização de águas salgadas/salobras (tecnologias cada vez mais acessíveis e baratas, potencial de combinação com utilização de energias renováveis).



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

#### 1.4. Áreas Protegidas e Floresta

O Algarve possui um grande património natural em áreas protegidas e classificadas. Infelizmente não é tão aproveitado como poderia. A sua existência é, muitas vezes, vista como um custo e não na plenitude do seu potencial, como um benefício para a Região.

A Qualidade ambiental e valores ambientais constituem valores que nunca conseguimos integrar como uma mais-valia da região. Em termos económicos nunca houve forma adequada de valorizar estas Áreas. Os apoios adicionais atribuídos às atividades agrícolas que ocorrem em zonas protegidas são diminutos, pouco adequados não mobilizando as atividades a que se propunha. No que se refere às atividades desenvolvidas nestas zonas talvez haja necessidade de orientar mais o Investimento, por exemplo, a agricultura biológica. Há que proporcionar mais valias decorrentes de estarmos em Zonas Protegidas.

A área florestal da região é considerável e há que utilizar todo o seu potencial económico como forma de evitar os riscos causados, em parte, pelo seu abandono progressivo. Os riscos de incêndios florestais são inversamente proporcionais à ocupação humana e ao desenvolvimento de atividades nessas zonas.

##### Propostas relativas às Áreas Protegidas e Floresta:

- 11) Criar um Sistema de Informação e Monitorização da Ria Formosa, definindo responsabilidades dos vários atores com responsabilidades na gestão do território;
- 12) Concretizar e Operacionalizar em Alcoutim, o Observatório da Desertificação. Há uma proposta de candidatura e o processo está a decorrer;
- 13) Constituir um Centro de Promoção dos Valores Naturais Ligação Possibilidade de organizar a visitação e a Certificação de Guias;
- 14) Executar os Planos de Ação associados às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's) reduzindo riscos e garantindo melhores resultados económicos. Ordenar e tratar as matas públicas como exemplos a seguir em matéria de gestão florestal.



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

## 1.5. Ordenamento, Requalificação Urbana e Habitação

O Ordenamento do Território (OT) tem sido e terá de continuar a ser uma preocupação central da Região. Procura-se através do OT valorizar as potencialidades do solo, garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial e a organização eficiente do mercado fundiário. Mas, também, aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes das Alterações Climáticas e a salvaguarda e valorização da identidade do território nacional. As intervenções neste domínio visam racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos, os aglomerados rurais e a coerência dos sistemas em que se inserem. E, também, regenerar o território, promovendo a requalificação de áreas degradadas e a sua reconversão.

A Requalificação Urbana será uma dimensão estratégica para as cidades e vilas da Região durante a próxima década. O processo de transferência das frentes ribeirinhas da gestão da Administração Central para os municípios será acompanhado da requalificação e Regeneração desses espaços cada vez mais valorizados por residentes e turistas.

A capacidade de o Algarve atrair população e mão-de-obra e, correlativamente, assegurar o seu crescimento económico, depara-se com o estrangulamento da habitação. É necessária uma nova geração de políticas, porque as antigas não se revelam assertivas e o mercado também não dá as respostas que o problema exige. Os pressupostos do passado associados à habitação social já não são válidos e não foram substituídos. O problema não é, essencialmente, do domínio social. É muito mais do domínio económico. Tais soluções passarão pela necessidade de disponibilizar habitações a custos controlados. Seja para venda, seja para arrendamento.

Apesar das políticas clássicas estarem, de certo modo, ultrapassadas, o peso da habitação social é, em Portugal, reduzido quando comparado com os restantes países europeus, inclusive os mais ricos que Portugal, pelo que se justifica o seu incremento.

O problema da habitação, sendo nacional, tem especificidades próprias no Algarve que tem de ser levadas em conta nas possíveis soluções que venham a ser desenhadas. Estas, decorrem do grande peso do turismo. De ser uma região procurada por todo o país para fazer férias. Onde há uma enorme pressão sobre o mercado imobiliário.

### Propostas relativas ao Ordenamento e Habitação:

- 15) Ordenar as Zonas ribeirinhas e assegurar a sua transferência para a gestão dos municípios;
- 16) Garantir a colocação no mercado habitação a custos controlados a fim de satisfazer a procura que não encontra soluções no mercado;
- 17) Reforçar a importância da habitação social na oferta regional.

15





O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2020

### 1.6. Demografia, Economia, Emprego e Inovação

No Algarve faltam pessoas. Sobretudo pessoas em idade ativa. O Algarve que no passado se caracterizava por ser uma região jovem, está envelhecido, como o país. Muito mais envelhecido que a vizinha Andaluzia. Em termos imigratórios temos atraído, sobretudo, população idosa. O Algarve é tipicamente uma região em transição demográfica para o envelhecimento.

É crucial para a região o desenvolvimento de políticas ativas de captação de migrantes mais qualificados e em idade ativa.

O Algarve, fruto da sua sobre especialização no Turismo apresenta constrangimentos que dificultam a afirmação de outras atividades económicas, limitando a capacidade de inovação regional, restringindo a disponibilidade de recursos humanos, investimento e investidores e expondo a região a choques externos. O Algarve necessita de Investimento Privado para além do Turismo. A captação de investimento estrangeiro será um caminho a trilhar.

Há que apostar em atividades, capazes de gerar mais e melhores empregos e competitiva em bens e serviços com alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, com uma economia qualificada centrada nos domínios do turismo e do mar, apostando ainda em segmentos emergentes no agroalimentar, nas TIC, nas indústrias culturais e criativas, nas energias renováveis e na saúde.

O Mar tem de ser um designio regional, foi sempre parte integrante do Algarve. No passado e no presente a região soube endogeneizar este recurso como elemento central do seu desenvolvimento. Queremos reforçar as infraestruturas e qualificar os equipamentos no respeito pela biodiversidade, temos que apostar na náutica de recreio sem descuidar as pescas, advogamos a investigação e a inovação, mas também a preservação das comunidades piscatória.

Mas o mar também constitui uma oportunidade de aprofundar e diversificar o próprio setor do turismo. Através no turismo náutico onde o Algarve apresenta resultados que testemunham a posição destacada da região no contexto

#### Propostas relativas à Demografia e Economia:

- 18) Desenvolver políticas ativas de captação de população jovem;
- 19) Promover a Universidade do Algarve enquanto instituição de acolhimento de uma grande comunidade de estudantes internacionais;
- 20) Fomentar a contratação de uma Agência com a incumbência de captar e orientar investimento produtivo para o Algarve. Estar atento às oportunidades decorrentes do BREXIT;
- 21) Apostar nos Centros e Polos Tecnológicos que façam a ligação Universidade e empresas nos domínios da RIS3 e qualificar e promover as Áreas de Acolhimento Empresarial.

16



## O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

nacional neste setor e no turismo de cruzeiros a partir do porto de Portimão, que tem tido um incremento assinalável.

A excelência da Universidade do Algarve constitui o fermento da mudança da sociedade. A Universidade deverá adequar as suas linhas de investigação científica à produção de conhecimento que possa ser transferido para o tecido produtivo, criando nos domínios de produção ou melhorando os existentes. A ligação estreita entre a Universidade e as empresas é fundamental. Há que trabalhar em domínios específicos, em nichos, com empresas que tenham capacidade de acolher e incorporar nos seus processos tais conhecimentos.

O CRIA, que nasceu há 15 anos, tem trilhado um caminho consistente nesta direção. Surgiram na Região dezenas de empresas de grande projeção por ação do CRIA. Desde o início contabiliza-se a criação de 106 novas empresas, com uma taxa de sobrevivência de 80%, maioritariamente em setores como as TIC e Indústrias Culturais e Criativas, Mar, Saúde e Bem-Estar, Turismo e Agroalimentar.

17

### 1.7. Baixa Densidade e Interioridade

Os mapas de delimitação das zonas de baixa densidade terão de ser elaborados criteriosamente de acordo com diferentes perspetivas e das funções que se lhes pretenda acometer. São importantes as características naturais de base, mas também as dinâmicas económicas e sociais, como a densidade de vias e a sua rede de centros.

Se quisermos estruturar uma rede que permita catapultar o interior para níveis de convergência com o resto da região teremos de incluir centros que polarizem todo o interior. Os critérios nacionais que têm prevalecido "constroem" territórios a partir de unidades administrativas, cuja base são os concelhos e as freguesias. Trata-se de uma metodologia pouco adequada ao Algarve. A delimitação territorial da baixa densidade, no caso do Algarve, não deverá ser feita a partir, exclusivamente, de unidades administrativas. Para se adequar à realidade há que dividir freguesias. Nada obsta a que experimentemos outras "geografias". Porque não, por exemplo, considerar baixa densidade os territórios a norte da A22, acrescido da Costa Vicentina? Metodologias a ser testadas e que devem partir das instâncias regionais.

Antes de qualquer divisão importará acordar sobre o que deve ser o território de baixa densidade. Não deveremos reduzir as nossas opções estratégicas para o interior do Algarve, às possibilidades decorrentes da obtenção de Fundos.



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

Desbloquear os territórios do interior, passa por intervenções integradas. A animação de terreno, a agenciamento do desenvolvimento e a formação, são essenciais para uma estratégia ganhadora. Os atuais menus não permitem. As boas práticas do passado, metodologia Leader, referenciadas e premiadas foram interrompidas. Os catálogos das intervenções vêm formatados, são despejados nos territórios e não respondem às suas necessidades.

A falta de articulação entre os diferentes fundos, a fraca coesão territorial e o facto de os decisores estarem pouco sensibilizados para os benefícios do DLBC revelaram-se os obstáculos mais significativos a nível nacional. Parte destes problemas decorrem da falta de instrumentos adequados relativos à governança. O nível local não assegura economias de escala e aglomeração com dimensão suficiente para inverter o ciclo de despovoamento e desertificação. O nível central está muito distante e, em geral, não percebe as especificidades deste nível. O nível regional não existe.

A vocação económica destes territórios baseada na valorização de recursos endógenos não é apenas um relevante fator de sustentação económica da coesão territorial. É também um contributo para a concretização do objetivo regional de tornar o modelo de desenvolvimento económico algarvio menos vulnerável aos efeitos da especialização marcadamente turística.

Não podemos descurar a Investigação apesar da Baixa Densidade dos Territórios. É possível e desejável desenvolver a Investigação aplicada ao Interior.

**Propostas relativas à Baixa Densidade:**

- 22) Estabelecer um Programa de Desenvolvimento Integrado do Interior do Algarve de base comunitária multifundos e de acordo com a metodologia LEADER;
- 23) Criar de uma fonte de financiamento especial para o desenvolvimento local de base comunitária (Fundo DLBC), para o qual contribuiriam os quatro FEEI (FEADER, FEDER, FSE e FEAMP). Para se alcançar resultados, há que investir verbas suficientes, para ter impacto. Propõe-se a afetação de 15% dos meios financeiros associados a cada um dos FEEI aos territórios de baixa densidade;
- 24) Concretizar um Plano de infraestruturas de rede de suporte ao desenvolvimento e Instalar uma "rede digital de alta velocidade" no interior;
- 25) Fomentar a criação de um sistema de incentivos fiscais e financeiros às empresas que se queiram instalar nos territórios do interior.



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2030

## 1.8. Mobilidade

O sistema de transportes na Região é uma das maiores condicionantes ao desenvolvimento económico e à mobilidade dos cidadãos. O Algarve é a região do país com pior cobertura de transportes públicos. A taxa de utilização de transporte coletivo em Portugal é muito baixa, 20%, mas a do Algarve é cerca de metade desta, 10%. Para além dos residentes também os turistas têm uma reduzida utilização de transportes públicos coletivos. A razão destes reduzidos números deve-se, essencialmente, à sua não existência.

A nível nacional, o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) estabelece um conjunto de intervenções prioritárias, com destaque para os investimentos na infraestrutura ferroviária. No Algarve a sua concretização é muito baixa. No que se refere à rodovia a Via do Infante, A22, é cara para a utilização regular da população devendo-se estudar os efeitos elasticidade-preço face à possibilidade de ser intensificada a sua utilização. A EN 125 está parcialmente remodelada, troços do barlavento, está mais segura, mas ficou muito mais lenta.

Deveremos dar grande importância aos sistemas Multimodais que permitam combinar modos de transportes e fazer facilmente a transição entre eles. No planeamento dos sistemas futuros de transportes não poderemos deixar de ter em consideração a necessidade da transição para uma economia de baixo teor de carbono. Promoção da eficiência energética. Reduzir as emissões de carbono no setor dos transportes.

A continuidade do progresso verificado nas Cicloviás terá de ser outra das apostas da região. Deverá ser assegurada a interligação entre a rede de vias cicláveis e os centros urbanos. Deve-se prever em todas as figuras de plano e projetos a construção de cicloviás/percursos cicláveis.

### Propostas relativas à Mobilidade:

- 26) Promoção de transportes públicos sustentáveis. Concretizar o concurso de concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros do Algarve, no âmbito da AMAL;
- 27) Manter a requalificação regular da EN125 e estudar as várias possibilidades de tornar a A22 mais utilizada;
- 28) Eletrificação da ferrovia nos troços entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Tunes e Lagos de modo a permitir a utilização de tração elétrica pelos serviços regionais;
- 29) Possibilidade de introdução da ferrovia ligeira ao longo da região garantindo a sua ligação ao Aeroporto-Gambelas-Parque das Cidades.
- 30) Criar um passe único para a região que possa ser utilizado nos autocarros e combolos em qualquer percurso. Passe social mensal para residentes e passe semanal para turistas.



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2020

## 1.9. Saúde. Rede de Infraestruturas e Equipamentos

O Algarve tem um grave défice de cobertura de serviços de saúde. Mesmo utilizando indicadores erróneos, como a população residente, no denominador de rácios como o número de médicos, ou número de camas de hospital por mil habitantes, os valores do Algarve estão bastante abaixo dos do resto do país. Em termos hospitalares vivemos em contingência permanente.

Para uma região turística que se pretende de excelência como o Algarve, a cobertura dos serviços de saúde constitui uma nódoa nesse patamar de afirmação. O turismo no Algarve é um dos grandes ativos da economia nacional. Tem contribuído decisivamente para o crescimento do PIB nacional e para o equilíbrio da nossa balança externa de bens e serviços. Por isso os investimentos na saúde da região, em particular o anunciado Hospital Central, constituem imperativos para a economia nacional. Aliás, os estudos indicam que é desaconselhável manter o investimento nas atuais instalações que terão tendência a serem cada vez mais avultadas. O novo Hospital Universitário também é fundamental para a consolidação e crescimento das Áreas da Saúde na Universidade do Algarve, que se tem vindo a afirmar e já granjeia enorme prestígio internacional.

A rede escolar apesar de ter sido objeto de importantes investimentos durante o QREN e, não obstante, a população escolar está a diminuir, volta a necessitar de alguns investimentos. Continuam a verificar-se situações de existência de regimes duplos nos agrupamentos de escolas, degradação do estado dos estabelecimentos e reduzidas condições de conforto térmico/acústico dos estabelecimentos. registe-se, ainda, alguma desatualização e desadequação das salas de aula face às exigências de uma escola do século XXI.

De resto o Algarve possui alguns recordes pela negativa. É a região portuguesa de maior abandono escolar e é a quinta pior região europeia em termos de qualificações.

### Propostas relativas à Saúde e Rede de Infraestruturas:

- 31) Construção do Hospital Central Universitário do Algarve;
- 32) Equilibrar a rede do SNS reforçando a sua oferta no sotavento algarvio;
- 33) Consolidar o curso de medicina e ciências da Saúde da Universidade do Algarve;
- 34) Realizar um conjunto de Investimentos Prioritários na Rede Escolar Regional;
- 35) Reforçar a Rede de Equipamentos Sociais de Apoio à Deficiência;
- 36) Reforçar a Rede de Apoio a Idosos, destinados, sobretudo, à população com maiores dificuldades económicas;
- 37) Redefinir a Rede Prisional do Algarve o que passa pela edificação de um EP, a requalificação do EP de Olhão para reclusão de mulheres, e a adaptação do Estabelecimento Prisional de Silves a Centro Educativo do Algarve.



O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS  
CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2020

Na área dos restantes equipamentos sociais o Algarve possui lacunas importantes em relação à população idosa em que se revelam carências acentuadas. O aumento crescente da população com idade igual ou superior a 65 anos tem condicionado o nível de cobertura oferecido. As dificuldades financeiras das famílias poderão constituir uma das razões que explicam esta tendência recente observada. A Rede de equipamentos de apoio à Deficiência, constitui uma das áreas mais carenciadas do Algarve.

No que se refere aos estabelecimentos prisionais no Algarve importa assinalar a deficiente cobertura regional. Tendo como base o número de reclusos com residência no Distrito de Faro e a lotação oficial dos Estabelecimentos Prisionais (EP) do mesmo, verifica-se um défice de alojamento de 512 lugares masculinos e um défice de alojamento de 47 lugares femininos. No Algarve não existe EP feminino deslocando as reclusas para fora da região. Também no que se refere a jovens, entre os 15 e os 17 anos, o Algarve é a terceira região com mais processos de internamento, após Lisboa e Porto. Também não existe na Região qualquer Centro de Internamento.

### 1.10. Cultura e Identidade Regional

Compreender o passado, cultivá-lo, permite-nos preparar o futuro. Ter memória é respeitarmo-nos, é conhecer as raízes. O legado cultural é um ativo valioso e tem a capacidade de vincular o passado com o presente e constituir um lastro para o futuro relacionando as diferentes gerações. Cultura enquanto elemento integrador do produtivo e do social.

Não temos Fundações para a Cultura. O que é feito resulta da Administração Central, pouco, e dos Municípios, muito, e do Associativismo, que não é um nível estável. De destacar o facto da região ter em funcionamento 4 redes culturais a funcionar. Bibliotecas, Arquivos, Teatros (Rede Azul) e Museus.

É de grande importância fixar criadores. O CIAC da Universidade do Algarve poderá ter um papel importante para o efeito. Importa, ainda, desenvolver em articulação com a Educação o Projeto da Escola Cultural em áreas como a música, a dança, o teatro. Prosseguir e apostar no Ensino Artístico a nível superior. Há que valorizar os Centros interpretativos arqueológicos existentes ou com grande potencial: Milreu, Alcalar, Guadalupe, Abicada, Balsa, Vila Nova de Cacela.

#### Propostas relativas à Cultura e Identidade:

- 38) Sagres tem de ser um designio nacional associado à globalização. A Europa tem de ser referenciada como de Sagres aos Urals. Trata-se de Lugares de globalização. Neste momento Sagres já faz parte da lista indicativa da UNESCO;
- 39) Faro-Algarve capital da cultura 2027. O ano da candidatura é já em 2021. Pode ser um instrumento para a renovação urbana, para afirmar a identidade da Região;
- 40) Criar o Museu/Centro de Arte Contemporânea, a Serralves do Algarve. Valoriza a Região. Estamos a falar de valores mínimos de 5 milhões de euros iniciais e 2 milhões ano;

21



**O ALGARVE PÓS 2020 NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS**  
 CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO PORTUGAL 2020

A identidade faz a síntese da cultura, das atividades produtivas, das relações sociais, dos que cá nasceram com os que para cá vieram, dos saberes, da terra, do clima, da história e do sonho. Urge assumir um espírito prospetivo e criador, desperto para a identidade aberta e do culto algarvio. Contra a uniformização e indiferença. Trata-se de dizer que há um carácter, há uma personalidade que devem ser aprofundados.

- 41) Organizar um Festival Literário do Algarve relevante a nível nacional. Rotativo a partir da Rede de Bibliotecas mais Universidade. FLIC, mais o da Poesia do Olhão. Temos vários concursos literários concelhios. Temos muitos nomes relevantes na literatura portuguesa.
- 42) Assumir a nível regional a Dieta Mediterrânea e reforçar a sua importância enquanto um dos mais importantes símbolos da nossa identidade e Património Imaterial da Humanidade.
- 43) Pugnar pela cidadania no sentido de pertença a esta região. Introduzir no ensino módulos de valores da região. Criar prémios regionais. Atribuir a figura de cidadão honorário do Algarve. Criar uma rede de Embaixadores Honorários da Região a partir da Diáspora.
- 44) Fomentar o ressurgimento da Televisão Regional e a regularidade de conteúdos noticiosos sobre a região.